

“Campo em Guerra”, série investigativa online da Repórter Brasil, publicada integralmente na internet. Link: <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org>
Abaixo, seguem os textos.

Reportagem 1

Aumento da violência no campo anuncia cenário de guerra em 2017

POR THAIS LAZZERI | REPÓRTER BRASIL

ILUSTRAÇÕES SAMUEL BONO

INFOGRÁFICOS EUGÊNIA PESSOA E JOÃO DIAZ

23/06/2017

*Número de pessoas envolvidas em conflitos no país é equivalente ao de sírios em deslocamento interno devido a guerra civil. **Repórter Brasil** lança série multimídia para investigar a escalada*

Link: <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/aumento-da-violencia-no-campo>

O primeiro semestre de 2017 não terminou e três grandes tragédias no campo entraram para a história do país. No Mato Grosso, em abril, nove trabalhadores rurais foram mortos com requintes de crueldade. Em maio, um ataque contra os índios Gamela, no Maranhão, deixou duas vítimas com as mãos cortadas, cinco feridos por bala e outros quinze machucados. O terceiro caso também foi em maio, mas no Pará, foi uma violenta ação da polícia que terminou com dez trabalhadores sem-terra assassinados. "A polícia chegou atirando", disseram testemunhas que conseguiram fugir.

Os três casos estão inseridos no contexto da disputa por terras, mas esse não é o único elo entre eles. A **Repórter Brasil** foi aos locais investigar os ataques e descobriu outro traço comum ainda mais alarmante: o tom premonitório. Em todos os casos, havia sinais de que a violência estava por acontecer. Em alguns deles, as vítimas pediram ajuda às autoridades antes dos crimes. Os sobreviventes continuam pedindo. No cemitério de Mato Grosso, onde cinco dos trabalhadores foram enterrados, o coveiro cavou covas extras para adiantar o serviço para a próxima chacina.

A crueldade dos ataques choca, mas não surpreende quem acompanha a escalada dos números sobre a violência no campo.

Para seguir esse cenário, lançamos o especial multimídia **Campo em Guerra**. Nele, investigamos as motivações dos ataques, o contexto em que as ilegalidades proliferam, as histórias por trás dos números e as ligações dessa violência com os

setores produtivos que abastecem as grandes cidades do Brasil e do mundo. A série, ilustrada em linguagem HQ, combina ainda fotos, vídeos, áudios e infográficos com reportagens.

O ano de 2016 já entrara para a história recente como o que registrou o maior número de mortes por disputas no campo nos últimos 13 anos. Foram 61 vítimas fatais. A brutalidade dos conflitos na primeira metade desse ano anunciam que 2017 pode ser ainda pior. "Vemos no Brasil rural um acirramento do conflito que sempre esteve presente na história do país", diz Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil.

Quase um milhão de pessoas envolveram-se em mais de 1.500 conflitos por terra, pela água ou trabalhistas, segundo o relatório de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2016. Recorde brasileiro desde 1985, o número é equivalente à quantidade de sírios em deslocamento interno em decorrência da guerra civil.

Parte da culpa pela escalada da violência está na ausência de ações por parte do estado. Ou pior: nas ações que fortalecem apenas um lado da disputa, os proprietários rurais.

Em dezembro de 2016, em plena escalada da violência, o governo Michel Temer extinguiu a Ouvidoria Agrária Nacional, única instância federal responsável pela mediação de conflitos no campo. Depois de protestos de movimentos sociais, o órgão foi recriado sob nova gestão. Em 2017, um projeto de lei foi apresentado pela bancada ruralista propondo pagamento de trabalhadores rurais com comida ou casa.

Enquanto a violência cresce também contra populações indígenas e tradicionais, medidas concretas são debatidas em Brasília para promover mudanças que fragilizam essas populações. Em janeiro, o Ministério da Justiça criou um grupo que dá poderes a representantes do governo de fora da Funai para declarar limites e desaprovar identificações de terras indígenas. Até então, o Ministério seguia o parecer técnico da Funai. Em março, o novo Ministro da Justiça Osmar Serraglio (PMDB-PR), ligado ao agronegócio, declarou "Terra enche a barriga de alguém?" em entrevista sobre a situação dos indígenas ao jornal Folha de S.Paulo. Serraglio deixou a pasta em maio.

Criada no final de 2016, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Funai e o Incra apresentou relatório final em maio desse ano. O documento recomendou o indiciamento de mais de 90 pessoas, entre elas antropólogos, indígenas e até

procuradores da República que atuaram em defesa dos direitos indígenas e de trabalhadores rurais.

O Brasil é campeão de assassinatos de ativistas e defensores do meio-ambiente no mundo, de acordo com a ONG Global Witness, que há mais de duas décadas estuda os vínculos entre a exploração de recursos naturais e conflitos, dentre outros. Entre 2002 e 2013, 448 defensores brasileiros morreram, mostrou relatório da Global. O levantamento da CPT mostra o mesmo cenário. O número de casos de violência contra a pessoa saltaram de 615 para 1079 entre 2007 e 2016. Os de criminalização cresceram 185%. "Institucionalizaram a luta por direitos como crime no Brasil, como se as pessoas que se manifestam fossem bandidos", diz Cesar. "Se você tem um estado mais repressivo, você dá licença para a violência e legítimas ações paramilitares", diz.

A brutalidade em terras brasileiras alcançou a Organização das Nações Unidas (ONU) em maio de 2017. "Estamos preocupados com o aumento dos ataques no Brasil contra defensores de direitos humanos. O Estado precisa lidar com a impunidade", disse Zeid Ra'ad Al Hussein, o alto comissário da ONU para Direitos Humanos. A declaração foi dada uma semana antes do Brasil ser desqualificado em Genebra por sua política social nos últimos anos. A estratégia da ONU foi a "naming and shaming", que é basicamente envergonhar o país focando nas violações cometidas. No caso, pelos direitos indígenas, que sofrem a maior ofensa desde a ditadura. Em junho, relatores da ONU e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos declararam que "os direitos dos povos indígenas e o direito ambiental estão sob ataque no Brasil". A estratégia do governo brasileiro, já fragilizado internacionalmente, foi pior do que os analistas poderiam prever. O Ministério das Relações Exteriores, em nota, chamou de "infundadas" afirmações dos relatores.

"A situação é catastrófica", diz Márcio Meira, ex-presidente da Funai. "O governo está fazendo barbaridades em direitos conquistados a duras penas desde 1988." Na avaliação de Meira, os índios são sempre os primeiros a sentirem mudanças graves. "Isso significa que, depois, os desastres chegarão para outros grupos vulneráveis, como os trabalhadores rurais."

Para Werneck, da Anistia Internacional, as soluções não são simples, mas elas existem. Ela cita a Constituição de 1988, que estabeleceu um prazo para a demarcação das terras indígenas. "Veja quanto tempo se passou sem que este compromisso da sociedade brasileira e ainda esta obrigação estatal saísse do papel. O processo de demarcação de terras é lento demais e ainda se arrasta com inesgotáveis recursos jurídicos", diz.

Combater a impunidade nos conflitos no campo também é prioritário para que vidas não sejam ceifadas. De acordo com dados da Anistia Internacional, um levantamento feito no Pará mostrou que trinta dos quarenta municípios do sul e sudeste do estado têm taxa de 100% de impunidade em relação aos assassinatos de trabalhadores rurais nos últimos 43 anos. "É preciso romper com as ameaças e inseguranças, acabar com a impunidade para crimes relacionados à disputa por terra e recursos naturais e avançar nos processos de demarcações e titulação". ::

Reportagem 2

Sobreviventes de massacre no Pará descrevem execução e tortura

POR ANA ARANHA | REPÓRTER BRASIL
23/06/2017

"A polícia chegou atirando", dizem testemunhas que conseguiram fugir antes do massacre de 10 trabalhadores. Depoimentos contrariam versão de confronto da polícia

Link: <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/massacre-no-para>

Os policiais militares do Pará teriam rendido e torturado os trabalhadores rurais sem terra antes de disparar tiros fatais contra eles, relatam os sobreviventes do massacre que tirou a vida de dez pessoas no sudeste do Pará. O crime ocorreu no dia 24 de maio na fazenda Santa Lúcia, área de Pau D'Arco, então ocupada por posseiros.

A **Repórter Brasil** colheu o relato de dois deles e teve acesso ao depoimento de um terceiro. Todos deram depoimentos ao Ministério Público Federal, que já ouviu seis de quinze sobreviventes. Há dois considerados como desaparecidos.

As revelações não apenas contestam a versão da Polícia Civil e Militar, que declarou ter sido recebida na fazenda a tiros, como sugere que o crime envolveu tortura e crueldade.

A versão do confronto fora questionada desde o início porque os policiais não apresentavam ferimentos, enquanto os dez trabalhadores foram levados mortos ao hospital. A movimentação dos corpos foi apontada como adulteração do local do crime pela subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, que participou da perícia.

Os relatos são fortes.

Tudo começou quando o grupo de posseiros relata ter visto o comboio da polícia chegando, de longe, e correram para se esconder na mata fechada. Foi quando eles abriram uma lona preta para se proteger da chuva, que a polícia os teria surpreendido, aos gritos de: “É a polícia, porra. Quem correr, morre”.

Os sobreviventes fugiram sob fogo, alguns alvejados de raspão na cabeça ou pelas costas. “A polícia chegou atirando”, foi frase repetida por mais de um sobrevivente. Um deles diz ter ouvido: “pode matar. Corre atrás, não é pra deixar um vivo”.

“Eu fiquei perto, muito perto, vi o olhar de um companheiro que caiu quase por cima de mim quando levou o tiro. Era um olhar triste”, diz outra testemunha. A maioria dos sobreviventes não conseguiu ver o que aconteceu, apenas ouviu, pois tiveram que ficar escondidos. Foi o caso dos relatos seguintes:

“A gente ouviu alguns colegas chorando antes de morrer, dizendo ‘não faz isso, ninguém vai correr’”.

Um deles diz que se arrastou pelo chão e ficou deitado dentro da mata fechada a cerca de 70 metros de onde ocorria a chacina. Ele relata ter ouvido os policiais agredindo os trabalhadores com chutes aos gritos de “vira para cá, vagabundo, cadê os outros?”

Segundo essa testemunha, depois de gritar e chutar cada trabalhador, a polícia atirava. Ritual repetido, na sequência, com a próxima vítima. O massacre teria durado cerca de duas horas.

“Barulho de paulada, porrada que a polícia dava. Depois matavam, um por um”, diz outro sobrevivente. “Eles humilhavam, xingavam”.

De acordo com os relatos, a maioria das vítimas tombou logo na chegada da polícia. Os que ficaram vivos teriam sido executados a queima roupa. A reportagem viu ao menos um corpo com perfuração na face.

Ao final da matança, dois sobreviventes relataram que a polícia saiu “gargalhando”, como se comemorasse uma vitória. E que os policiais fizeram varreduras com as viaturas pela fazenda, como que à caça de sobreviventes. A chuva pode ter salvado os que fugiam, dificultando o acesso de carro às áreas mais isoladas da fazenda.

“Eu fiquei andando perdido, sem força, as vezes de joelhos, sempre pedindo a Deus pra ajudar” diz testemunha que buscou socorro das 8 da manhã até quase o fim da tarde.

“A versão dessa pessoa é conflitiva com a versão da polícia, mas coaduna com o que a gente encontrou no local”, diz o procurador Igor Spíndola do Ministério Público Federal ao ouvir o primeiro depoimento. Ele estava na primeira perícia no local do crime e chama atenção para diversos elementos que contrariam a versão de que os trabalhadores reagiram. “Se você investiga o caso sem a versão

da polícia, você conclui que não teve confronto. Que um lado chegou atirando”, diz o procurador.

Outra evidência apontada por ele que vai contra a versão da polícia é o local do crime. Os posseiros estavam escondidos em uma mata fechada, o que daria vantagem para eles. “Se essas pessoas quisessem atirar, elas teriam uma visão maior do que a polícia tinha. Mas não há sinal de nenhum policial ferido”.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará informou que um inquérito foi aberto para investigar o caso e que afastou 29 policiais envolvidos na ação. Os policiais militares que estavam na operação também foram ouvidos pelo Ministério Público Federal.

Segundo o advogado da Comissão Pastoral da Terra José Batista Afonso, esse crime teve elementos muito próximos ao massacre de Eldorado dos Carajás, que copletoou 20 anos em 2016. Em 17 de abril de 1996, a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do Movimento Sem Terra.

“Tiveram características parecidas: não só de surpreender e assassina-los a sangue frio, como atestam os depoimentos, mas também de usar espancamento e tortura. É uma forma de mostrar força, dar um recado aos movimentos”.

Uma das suspeitas de motivação para o crime é a escalada de violência no conflito por terra que levou ao assassinato de um segurança particular da fazenda ocupada, além da morte de um policial militar da região. Segundo a CPT, que acompanha os conflitos na região, essas mortes geraram uma reação forte do setor agropecuário e uma indignação entre os policiais. A entidade já vinha chamando a atenção para a grande vulnerabilidade dessa área: só no sul e sudeste do Pará há mais de 150 fazendas ocupadas.

A violência devido a conflitos agrários passa por uma escalada em todo o país. Há três anos, o Brasil é onde mais morrem lideranças ambientais e do campo. No ano passado, batemos nosso recorde com 1.295 conflitos por terra, número mais alto dos últimos dez anos. Só até maio desse ano, já são 36 mortes de lideranças ou ativistas do campo, sendo 12 delas no Pará.

O procurador também chama atenção para o desnível de armamento entre os grupos, já que a maior parte das armas com os posseiros eram antigas. Segundo o sobrevivente, em seu depoimento, os posseiros tinham espingardas, um fuzil e uma pistola .380.

“A gente não pode concluir nada, é a sentença que vai determinar. Mas podemos falar que há sérias dúvidas sobre a versão da polícia”. ::

Reportagem 3

“Eles são mesmo índios?”, a pergunta por trás do ataque aos Gamela

POR RUY SPOSATI, DO MARANHÃO | REPÓRTER BRASIL

ILUSTRAÇÕES SAMUEL BONO

INFOGRÁFICO EUGÊNIA PESSOA
VÍDEO RUY SPOSATI E JOÃO DIAZ
26/06/2017

O questionamento à identidade indígena serviu de estopim para a violência contra os Gamela no Maranhão e influenciou a repercussão do caso pelo governo estadual, federal e órgãos de imprensa

Link: <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/eles-sao-mesmo-indios-a-pergunta-po>

O padre Clemir Batista está acostumado a atender doentes, mas, no dia 7 de maio deste ano, precisou lidar com uma situação especialmente delicada. Coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Maranhão, ele entrou na ala de ortopedia do Hospital Tarquínio Lopes Filho. Procurava por Aldeli de Jesus Ribeiro, uma das vítimas do linchamento ocorrido em 30 de abril, quando mais de trinta indígenas foram atacados depois de ocuparem uma fazenda no Maranhão.

Ribeiro tinha o corpo coberto por pinos, parafusos e fios de metal, resultado de seis cirurgias. Ao lado do paciente, o padre assumiu uma tarefa difícil: mostrar para a vítima sua foto logo depois do ataque. Ribeiro ficou em silêncio ao ver sua imagem coberta em sangue, com cortes profundos nos pulsos. Suas mãos pendiam, quase que inteiramente cortadas, presas aos braços apenas pela pele.

A brutalidade da imagem, que fez o caso alcançar o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas, fez a vítima desviar o olhar. “É você aqui?” o padre insistiu. “Disseram que não era você”. Com semblante assustado, Ribeiro confirmou sua identidade em frente à câmera.

Batista precisou submeter a vítima àquela imagem e gravar o encontro para provar ao Brasil que a violência daquele dia 30 existiu.

A comprovação era necessária porque uma polêmica fora fomentada a respeito dos acontecimentos. O caso ganhou o noticiário com ênfase para a informação de que uma vítima tivera as mãos decepadas. Dois dias depois do ataque, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), [escreveu no Twitter](#): “Até agora, não foi localizada nenhuma pessoa com mãos decepadas.”

A Secretaria de Saúde do Maranhão, em nota, informou que “não houve decepamento (amputação) de nenhuma parte de seu corpo. As lesões foram cortantes gravíssimas, mas não levaram a amputação de nenhum membro”, informou a Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, por meio de nota.

A controvérsia sobre a etimologia da palavra - que define o tipo de corte nas mãos de Ribeiro - foi o início da desconstrução da versão das vítimas. Na sequência, questionamentos foram feitos sobre o conflito. Seria massacre ou um confronto? Por fim, colocou-se em dúvida a identidade das vítimas. Eles eram índios 'mesmo'?

A pergunta partiu de moradores locais, fazendeiros e policiais. Ecoou entre figuras do alto escalão do governo maranhense. Por fim, ganhou o noticiário. Os meios de comunicação ecoaram o mesmo questionamento que provocou o ataque.

Eles são índios?

Além das mãos cortadas, Ribeiro levou um tiro de raspão no tórax, foi espancado, e quase perdeu uma perna. Os Gamela contaram cinco feridos por balas, duas pessoas com as mãos cortadas e outros quinze machucados – sendo três menores de 18 anos. Todos foram atacados por um grupo composto, majoritariamente, por moradores locais que saíam de uma manifestação onde o questionamento à identidade dos indígenas era a pauta principal.

No mesmo dia do ataque, o major da Polícia Militar Nilson Silva Fonseca referiu-se aos Gamela como "esses que dizem ser índios". Um dia depois do crime, em nota, o Ministério da Justiça classificou os Gamela como "supostos indígenas". O termo "supostos" foi posteriormente eliminado da nota e, num terceiro retoque, a palavra "indígena" desapareceu.

O locutor da rádio local, a Maracu AM, referiu-se a eles como gente "que se passa por índio". O diretor da rádio, Benito Coelho, é ex-prefeito de Viana e irmão do dono das terras recém ocupadas pelos Gamela.

Além da violência recente, os questionamentos também refletem ecos do motivo histórico pelo qual os Gamela esconderam a própria identidade por décadas. Hoje, boa parte dos cerca de 1,5 mil Gamela vivem na beira da estrada. Entre os argumentos para reivindicar a demarcação de uma área, eles apresentam um documento da Coroa Portuguesa, datado de 1759. É um registro dos 14 mil hectares que eles possuíam naquela época, em documento reconhecido pelo Estado, mas que não tem validade jurídica desde a declaração de independência do Brasil, em 1822.

De lá pra cá, os Gamela foram perdendo território. No final dos anos 60, parte das terras onde viviam foi registrada em cartórios da região como propriedade

privada. “Lembro da minha avó explicar que não podia falar a nossa língua porque o branco proibia, porque isso de não falar a língua facilitava da gente viver com ele”, diz Francisco Gamela. Expulsos da terra e estigmatizados, o grupo se espalhou pelos povoados da região, escondendo a identidade para se integrar à sociedade dos não-índios.

Em 2014, houve um movimento de retomada da identidade e do território. Processo maior que os Gamela, pois ocorreu com diversas etnias indígenas pelo país, já que a autodeclaração é um dos principais critérios para definir a identidade indígena no Brasil.

Quando o grupo assumiu a origem e passou a exigir a demarcação de suas terras, houve reação. “Quando o indígena deixa de ser aquele sujeito subalternizado para ser um sujeito político, de direitos relacionados à questão fundiária, eles passam a ameaçar o projeto dos ruralistas”, diz a antropóloga Caroline Leal, professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

O linchamento do dia 30 de abril é interpretado como uma manifestação moderna dessa perseguição histórica. O estopim para o massacre ocorreu durante a "Manifestação pela Paz", realizada no povoado Santeiro. Ali, munido de microfone e em cima de um palco, o deputado federal Aluísio Guimarães Mendes Filho, do Podemos (ex-PTN), falava sobre os "pseudoindígenas" a proprietários rurais, parlamentares, empresários, agricultores e moradores da região. O político cresceu com a família Sarney – foi de guarda-costas a Secretário de Segurança Pública do estado. No Maranhão, o partido de Mendes Filho é presidido por Laércio Costa, que é irmão de Evilásio Costa, dono de fazendas que também estão no território reivindicado pelos Gamela.

O clima durante o discurso de Mendes piorou quando o deputado chamou os presentes à luta: "Aqui ninguém tem sangue de barata. Ninguém vai aceitar mais essa provocação", disse. O avilte, no caso, ocorria a poucos quilômetros dali. Cerca de 30 indígenas ocupavam uma propriedade rural 22 hectares do comerciante Jamilo Aires Pinto. Infilmados pelo deputado Mendes Filho, os manifestantes decidiram agir.

Procurado, o deputado Aluísio Mendes não retornou os pedidos de entrevista feitos pela reportagem.

Há dois anos os Gamela adotaram a ocupação da área como estratégia para recuperar território. O relato é de Francisco Dias, 60 anos, um dos mais velhos da comunidade. Segundo ele, grileiros e fazendeiros expulsaram os indígenas

dessas mesmas terras na década de 60. Em paralelo, diz, os cartórios da região registraram essas áreas como propriedade privada – a maioria para criação de gado e búfalos. Daí decorre a demanda dos indígenas pela demarcação. Demanda apoiada pelo Ministério Público Federal, que propôs uma Ação Civil Pública em 2016 exigindo que Funai e União criem um grupo de trabalho para produzir os relatórios de identificação e delimitação das áreas reivindicadas pelos Gamela.

Para simbolizar a retomada, os Gamela fazem um ritual conhecido como corta-aramé, entendido como a libertação das terras e dos indígenas. “Mesmo que eu esteja com fome, não posso entrar [em uma área cercada] porque é o teu arame. Se eu entrar, estarei roubando. A luta contra o arame é necessária para a gente continuar sendo a gente mesmo”, diz Inaldo Serejo Gamela, que levou um tiro de raspão na cabeça e pauladas no braço durante o ataque.

Os manifestantes contrários aos índios seguiram para a área ocupada. Lá, uniram-se aos moradores do povoado Baías e cercaram a área - segundo a polícia, eram ao menos 250 pessoas. Um morador de Baías, que participou da manifestação, disse: "Aqui nunca teve índio. Isso aí é bagunça." Os Gamela afirmam que os participantes da “Manifestação pela Paz” chegaram raivosos e armados. “Diziam que a gente era um bando de vagabundo, um bando de ladrão”, diz Rose*, indígena que pediu anonimato por medo de represálias.

Assim que os caseiros da fazenda deixaram as terras ocupadas, os manifestantes atacaram os Gamela com armas de fogo, facões, paus e pedras. “Era chuva de bala mesmo”, diz Rose*, com hematomas visíveis nas costas e nas pernas. Indígenas entrevistados relatam que uma viatura da polícia estava a 500 metros do local, mas não fez intervenções ao ataque ou prestou ajuda aos feridos.

O linchamento durou meia hora. Ribeiro, o Gamela que teve as mãos cortadas, não conseguiu fugir. “Primeiro atiraram em mim. Depois, cortaram a minha cabeça e os meus braços. Deram um chute bem aqui, na boca, que quebrou meus dentes. Eu tinha uma borduna (arma indígena feita de madeira), que um deles levou dizendo que ia ficar de lembrança de vagabundo fingindo ser índio”, disse. Para sobreviver, ele diz, fingiu-se de morto. Quando os algozes deixaram as terras, tentou escapar, mas os ferimentos graves o impediram. Então, viu os policiais que estavam na viatura. De um, Ribeiro diz ter ouvido. “Sabe por que tá (sic) acontecendo isso? A culpa é de vocês mesmos.” Ribeiro afirma que a polícia não prestou socorro. Foi um morador do bairro vizinho que o levou ao hospital.

A notícia do linchamento chegou às 17h ao geógrafo Saulo Barros, que mora a 120 quilômetros do local onde os Gamela foram atacados. Apoiador da causa, ele ligou

para o major Fonseca, de Viana, uma hora e meia depois. Ele confirmou a presença da viatura no local, mas negou ter qualquer conhecimento sobre qualquer ato de violência ou feridos. O diálogo entre os dois foi gravado. Ao ouvir a informação sobre o ataque, o major afirma: “A gente ainda não sabe. Mas eu já sabia que isso ia acontecer. Porque eles vão invadir terra dos outros...”

Procurado pela **Repórter Brasil**, o major Fonseca não quis dar entrevista. Na presença da equipe de reportagem, porém, conversou com o advogado Rafael Silva, da CPT. "O que que o senhor queria que a polícia fizesse? Três policiais, diante de 250 pessoas armadas, com raiva. O que o senhor queria que fizesse?", questionou o policial ao advogado. Afirmou, também, que os agentes da polícia tiveram dificuldade em pedir ajuda à própria corporação - porque, segundo ele, o rádio da viatura não funcionava no local, devido à distância. A reportagem apurou, contudo, que sinal de telefonia e internet móvel funcionam no local.

O governo do Maranhão, em nota, informou que “no dia da ocorrência, a Polícia Militar atuou por uma guarnição que estava em viatura, com três policiais que pediram apoio. Em seguida, chegaram mais duas viaturas com seis policiais ao todo. A prioridade do grupo foi cessar o conflito e preservar a vida de todos os envolvidos.” Também solicitou investigação sobre a atuação da polícia.

O Maranhão é o segundo estado brasileiro no ranking de casos de violência contra a pessoa indígena no país, depois do Mato Grosso do Sul. Em nota, o governo do Maranhão afirmou que “estão em andamento a realização de reuniões” para discutir o problema fundiário na região e “um plano de segurança para garantir a integridade dos Gamela.”

Uma semana depois do conflito, a polícia civil ainda não havia feito a perícia no local do crime. As cápsulas das balas disparadas, segundo vizinhos da propriedade, foram recolhidas pelas crianças do povoado. As marcas dos tiros seguem por lá. Os caseiros da propriedade não deram entrevista alegando obedecer a orientação do advogado Flávio Henrique Aires Pinto, que é filho do proprietário da fazenda. À **Repórter Brasil**, o caseiro Carlos Nascimento disse que a culpa pelo ocorrido era dos índios e, em tom premonitório, falou: “Se a Justiça não vier aqui decidir, ainda vai acontecer muita coisa.” ::

Reportagem 4

Colniza, a cidade do Mato Grosso à espera da próxima chacina
POR THAIS LAZZERI E RAÍSSA GENRO (MATO GROSSO)
FOTOS AHMAD JARRAH

ILUSTRAÇÕES SAMUEL BONO
INFOGRÁFICOS EUGÊNIA PESSOA
REPÓRTER BRASIL | 10/07/2017

O tom premonitório alcançou até o coveiro, que se adiantou e abriu novas sepulturas. Em abril, nove trabalhadores rurais foram executados. A Justiça denunciou um grupo de extermínio, comandado por um madeireiro

Link: <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/colniza-a-espera-da-proxima-chacina>

Em um dia de aparente tranquilidade, sem velório ou enterro, o coveiro Valdinei Carço cava mais uma cova no chão de terra vermelha, ao lado de outra, recém-aberta. Os buracos seguem uma fila linear, trabalho que ele exhibe com orgulho. Túmulos à espera de um dono não eram comuns até a última chacina em Taquaruçu do Norte (distrito de Colniza), em 19 de abril, quando nove homens foram executados em disputas de terra. Carço enterrou cinco. “Tinha gente demais, até atrapalhava o trabalho”, diz, sobre o tumulto daquele dia. Por isso, diz, decidiu se antecipar à próxima chacina, tema de conversas na pacata e hostil Colniza.

Do tamanho dos estados de Sergipe e Alagoas juntos, com 34.885 habitantes, Colniza não é para iniciantes. O município, localizado a mil quilômetros de Cuiabá (MT), recebeu o título de o mais violento do país em 2007, mesmo ano em que três trabalhadores rurais foram mortos e outros dez, torturados, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra). “A violência impera em Colniza”, diz Cristiano Cabral, coordenador estadual da CPT. O medo acua até os que lutam pelos direitos da terra, como é o caso de Cabral. Ele só aceitou falar com a Repórter Brasil um mês depois da chacina. Na conversa, Cabral lembrou de outro crime que chocou a cidade, quando duas lideranças rurais foram assassinadas depois de denunciarem a ligação de políticos e policiais com a extração ilegal de madeira à Ouvidoria Agrária Nacional. “Ali tudo gira em torno dos conflitos agrários, que envolvem trabalhadores, grileiros, fazendeiros, empresários, milícias e políticos”, diz.

Taquaruçu no corredor da morte

Por denúncia anônima, a notícia da chacina alcançou o delegado Edison Ricardo Pick vinte e quatro horas depois do crime. “Aqui é difícil até de compor um inquérito. As pessoas não falam. Têm medo de dar informações e de se tornarem alvo de ameaças.” Outra razão para a demora é que Taquaruçu não dispõe de sistema de telefonia nem de rede elétrica. Isso obriga os moradores a se deslocarem até o distrito mais próximo, a cerca de 30 quilômetros.

Os primeiros relatos sobre o crime traziam a informação de que crianças e idosos estavam entre os mortos. Policiais militares e civis só começaram a se deslocar

para o local do crime no dia 20. O trajeto de Colniza até Taquaruçu, zona rural próxima à fronteira de Rondônia, conta 250 quilômetros de estrada de terra. Nem o aplicativo Google Maps encontra a rota. A viagem pode levar de 16 horas a três dias, variando de acordo com as chuvas, que favorecem derrapagens e atolamentos.

Apesar do isolamento, o local não é desabitado. Na vila de Taquaruçu moram mais de cem famílias de trabalhadores rurais. Uma delas foi desfeita na tragédia. Kellen Chaves era casada com um dos trabalhadores assassinados havia oito anos. Por telefone, ela diz que soube da chacina no mesmo dia que a polícia. Dois sobreviventes que conseguiram fugir deram a notícia. “Fiquei em choque”, diz, resignada. “Não saí da vila esperando a polícia chegar, porque eu não queria acreditar que ele estava morto”, diz.

No dia 21, a polícia alcançou as margens do rio Roosevelt. Para chegar ao local exato das mortes, a Linha 15 (nomenclatura das vias abertas a partir da vila principal), os agentes de segurança pública utilizaram uma balsa e, depois, percorreram, em motos, mais de vinte quilômetros em mata fechada. Só naquele momento a polícia descobriu o tamanho da chacina: nove homens adultos mortos, cujos corpos estavam ao longo de nove quilômetros da Linha 15. Nas motos, improvisaram “carriolas” para levar os mortos até a margem do rio.

O perito Daniel Soares aguardava-os na beira do Roosevelt. Por causa do alto número de vítimas, recorreu a protocolos da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal). “Em um caso extremo como esse, você precisa estar amparado de todos os lados”, diz o perito. “Como tínhamos muitas vítimas, optei pelo protocolo para agilizar o processo”. Por isso, a pré-identificação dos corpos começou ali mesmo. No final do dia 21, os cadáveres, em caixões, seguiram com a equipe multitarefa para Colniza.

No dia 22, os peritos trabalharam em um anexo do cemitério. A necropsia mostrou múltiplas lesões em cada corpo, por armas de fogo ou por instrumentos cortantes, “possivelmente facões e foices”. Havia tiros de calibre 12 na cabeça ou dado pelas costas (em sete casos), degolas e “esgorjamento” (corte de fora a fora no pescoço sem desprender a cabeça). “Empregaram muita violência”, diz Soares.

Repassar informações sobre os cadáveres foi outra missão de Soares. Atento às orientações da Interpol, ele pediu ajuda para reunir os familiares dos mortos em um mesmo local. Assim, informaria todos de uma só vez. Em um ato ecumênico, conseguiram um local para receber os parentes. Um pastor conversou com um padre, que cedeu o espaço anexo à igreja. “Naquele momento não existia

diferença de religiões. A preocupação era dar acolhimento às famílias das vítimas da chacina de Colniza.” Às 15h30, terminaram o trabalho. No mesmo dia, os familiares, tristes e resignados, fizeram o enterro.

Em nota, a Prelazia de São Félix do Araguaia, cujo bispo emérito é Dom Pedro Casaldáliga - ativista reconhecido internacionalmente-, relacionou a chacina de Colniza “com avanços tão graves na perda de direitos fundamentais para o povo brasileiro” no governo Temer. A nota cita a medida provisória 759. Duramente criticada pelo Ministério Público Federal, a “MP da grilagem”, como ficou conhecida, altera as normas sobre a regularização fundiária em todo o país. Na prática, permite a legalização de áreas de até 2,5 mil hectares. Movimentos sociais e institutos de defesa socioambientais afirmam que a medida favorecerá grileiros e grandes donos de terras, aprofundando a concentração de terras e, assim, os conflitos no campo.

O grupo de extermínio da madeira

Uma segunda equipe da força-tarefa montada para o caso desembarcou em Colniza no dia 26. Marcelo Muniz, da Delegacia de Homicídios e de Proteção à Pessoa de Cuiabá, foi um dos integrantes da comitiva. Com a investigação em estágio avançado, diz, identificaram, a partir de apelidos, três executores do grupo de extermínio guaxebas (grupo de pistoleiros). Muniz decretou prisão preventiva de Pedro Ramos Nogueira, de 52 anos, de Paulo Neves Nogueira, de 35, - tio e sobrinho, respectivamente- e do grileiro Ronaldo Dalmoneck, 33 anos.

Uma dia após o anúncio dos três executores, a equipe da perícia chegou ao local do crime – que não foi isolado. Uma cena chamou a atenção do perito Soares, a casa de Sebastião Ferreira de Souza, o “pastor”, executado a golpes de facão. “Eu me lembro porque era o único que tinha mancha de sangue ao redor do barraco e na parte interna”, diz. Souza foi o mais machucado. Segundo informações obtidas pela Repórter Brasil, ele era visto como liderança local, atuando na defesa das terras em Taquaruçu.

As investigações mostraram que a presença dos trabalhadores na região contrariava os interesses do empresário do ramo madeireiro Valdelir João de Souza, de 41 anos, o “Polaco Marceneiro”. Apontado como mandante do crime, é proprietário da Madeireira Cedroarana e da G.A Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras. Nos últimos dez anos, o Ibama aplicou dez multas por irregularidades às empresas de Valdelir, somando R\$ 901.879,16. Desse total, ele pagou R\$ 2.500 – ou 0,27%.

O Ministério Público do estado aceitou denúncia contra todos os suspeitos. No documento, publicado em 15 de maio, eles são acusados de formação de milícia privada e homicídio qualificado. A disputa por terras – o que está em cima e embaixo delas, aliás – é o elemento central da denúncia. “Segundo consta, a motivação dos crimes seria extrair recursos naturais dessas terras e consequentemente os envolvidos no crime se apossariam delas, bem como para assustar os moradores e expulsá-los das terras futuramente”. Por telefone, a assessoria de imprensa do MP informou que o promotor do caso Willian Oguido Ogama não daria entrevistas. A reportagem tentou entrar em contato com os advogados dos cinco réus, sem sucesso.

A derrubada de árvores já deu dois títulos vexatórios à Colniza: campeã em desmatamento no Mato Grosso e terceira em desflorestamento na chamada Amazônia Legal, área que engloba nove estados brasileiros. Em fevereiro de 2017, graças à pressão de organizações socioambientais, o governo do estado e o Ministério do Meio Ambiente assinaram um termo de cooperação para a criação de uma base avançada de monitoramento e fiscalização na região noroeste, onde ficam os dez municípios que mais derrubam árvores no estado - justamente onde ocorreu a chacina. A ausência de uma política agrária e da presença do estado em uma área de conflitos, diz o sociólogo Jalcione de Almeida, resultam em “intimidação e morte”. O presidente do Sindicato Rural de Colniza, Milton de Souza Amorim, afirma que única solução seria dar títulos de posses de terra. “Os órgãos tinham que cuidar, assentar o povo.”

O delegado Pick abriu um inquérito complementar para apurar o tamanho da organização criminosa e os crimes cometidos por ela. “O problema é que nossa região é grande e faz divisa com dois estados. E a cooperação (com os demais estados) funciona ora sim, ora não”, diz. Até agora, os guaxebas Paulo, Pedro e Moisés estão presos. Os demais, foragidos. Outra linha da investigação é a relação das mortes com o garimpo na região. Por segurança, Pick despachou os documentos da investigação para a capital, Cuiabá.

Os moradores de Taquaruçu permanecem reféns do medo – mesmo com o reforço da tropa de elite da polícia. A equipe da Repórter Brasil se encontrou com moradores de Taquaruçu que retornavam para casa duas semanas após a chacina. Com medo, não quiseram falar. Familiares dos mortos vivem o mesmo drama, com um agravante: estão passando fome. Como os homens assassinados eram o arrimo financeiro, diz Cabral, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, agora sobrevivem com doações. A pior situação é a de Neide* (nome fictício), viúva, com

quatro filhos pequenos. “Estão todos abandonados, como sempre estiveram”, diz Cabral. ::

Reportagem 5

Chacina no Pará: depoimentos indicam que polícia agia em associação com fazendeiros

POR ANA ARANHA E ANTONIO CARLOS

FOTOS ANTONIO CARLOS

ILUSTRAÇÕES SAMUEL BONO

REPÓRTER BRASIL | 12/07/2017

Testemunha diz que pecuarista já teria pago a policiais para retirar sem-terras de outra de suas propriedades. Evidências indicam que polícia agia lado a lado com seguranças privados.

Link: <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/para-maior-massacre-em-20-anos>

Novo depoimento fortalece suspeita de que policiais civis trabalhavam em associação com os seguranças da fazenda Santa Lúcia, onde houve a chacina de dez trabalhadores rurais sem-terra no Pará. Eles foram assassinados durante operação das polícias civil e militar no dia 24 de maio em Pau D’Arco. Foi a maior chacina no campo dos últimos 20 anos.

A propriedade foi herança de Honorato Babinski a sua esposa Maria Inez Resplande de Carvalho e três filhos. A fazenda Santa Lúcia está no nome de um deles, Honorato Babinski Filho.

Essa não foi a primeira vez que a polícia matou dentro das terras da família Babinski. Em 2013, em caso que ocorreu na fazenda Pantanal, de Maria Inez Resplande de Carvalho, testemunha afirma que a pecuarista pagou um agente da polícia civil para retirar posseiros de sua terra. Dias depois, em ação na mesma propriedade, outro grupo da polícia civil atirou e matou o funcionário que teria feito o pagamento.

A denúncia sobre o suposto pagamento de propina é um dos elementos da investigação que busca descobrir se um grupo da polícia civil paraense estaria trabalhando ilicitamente na defesa dos interesses dos Babinski.

A testemunha, Elizete Gomes da Silva, falou com exclusividade à Repórter Brasil. Seu depoimento foi colhido pelo promotor Alfredo Amorim, responsável pela investigação sobre a chacina no Ministério Público Estadual. O caso está sendo investigado também pela Polícia Federal.

Elizete está expondo sua vida ao denunciar a suposta corrupção policial em Redenção, cidade onde vive. Ela foi a única entrevistada pela reportagem que concordou em publicar seu nome junto com as denúncias sobre a polícia. O medo ronda as testemunhas e pessoas que têm informações sobre a chacina. Há atualmente seis sobreviventes no programa de proteção à testemunhas.

Apesar da presença da Polícia Federal na região, o conflito continua a se desenrolar. Na última sexta-feira, 7 de julho, houve mais um assassinato relacionado à fazenda Santa Lúcia. Rosenildo Pereira de Almeida levou três tiros na cabeça na cidade de Rio Maria, a cerca de 60 quilômetros de Pau D'Arco. Ele era uma das lideranças do acampamento montado na fazenda Santa Lúcia depois da chacina. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, Rosenildo recebia ameaças para abandonar a ocupação.

Nessa segunda-feira, a justiça estadual decretou a prisão de 13, dos 29 policiais que participaram da operação. Entre os presos, 11 são policiais militares. Entre eles está o subcomandante da Polícia Militar de Redenção, Carlos Kened Gonçalves de Sousa. Segundo [informações de jornais locais](#), ele e o delegado da Delegacia de Conflitos Agrários, Valdivino Miranda, que comandou a ação na fazenda, buscaram a Polícia Federal para negociar um acordo de delação premiada.

Testemunha diz que levou dinheiro a policial em 2013

Se comprovada, a denúncia feita por Elizete é grave. Ela era casada com Leomar Almeida da Silva, pistoleiro ou “segurança” da fazenda Pantanal. Os termos “seguranças” e “pistoleiros” são usados na região para definir os homens contratados por fazendeiros para fazer a proteção de suas terras. A prática é antiga, nos últimos anos surgiram empresas de segurança privadas com licença para oferecer o serviço de modo formal.

Elizete conta que seu marido fora contratado pela pecuarista Maria Inez em 2013 para proteger a fazenda Pantanal contra a entrada de posseiros. Segundo ela, uma das atribuições de Leomar foi pagar a polícia para fazer uma vistoria na área. A mando da proprietária, ele teria levado a primeira parcela de dois mil reais a um policial civil de Redenção. Depois de feita a vistoria na área, Elizete teria pago pessoalmente a segunda parcela, de mil reais, entregando o dinheiro “em mãos” ao policial civil.

Alguns dias depois, em 18 de outubro de 2013, a polícia civil foi à fazenda e atirou contra um grupo recém-contratado para proteger a área. Leomar foi o único morto na ação. Segundo o inquérito aberto sobre o caso, Leomar morreu na casa

do gerente da fazenda, onde passava a noite com grupo recém-contratado para proteger a área

À época, a polícia civil divulgou à imprensa local que a operação atendia denúncia sobre um grupo armado que estava na fazenda Pantanal. Leomar foi acusado pela polícia de ser chefe de um bando “responsável por assaltos a bancos, tráfico de drogas e invasão de fazendas”, conforme publicado por um jornal local.

Elizete garante que Leomar nunca se envolveu em atividades criminosas e saiu em defesa do marido, denunciando o esquema da propina à Corregedoria da Polícia Civil, que abriu uma Apuração Administrativa Interna em janeiro de 2014. Procurada pela reportagem, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará afirma que “com a conclusão da apuração realizada pela Corregedoria Geral, o resultado foi o arquivamento do processo administrativo por improcedência da denúncia”.

Um inquérito criminal foi aberto para apurar a morte de Leomar, no qual o depoimento de Elizete também foi colhido. O processo aguarda julgamento na Justiça Estadual.

Procurada pela reportagem, a pecuarista não respondeu as perguntas sobre a fazenda Pantanal. A sua advogada, Olga Moreira, afirmou que o processo ainda está em fase de apuração e, por isso, sua cliente prefere não se manifestar.

Associação entre polícia e seguranças

O depoimento de Elizete não é o único elemento que sugere que a polícia paraense estaria trabalhando em associação com os pecuaristas. Outra evidência que aponta nessa direção é o fato de os seguranças da fazenda Santa Lúcia terem participado da ação policial que culminou na chacina do dia 24 de maio, conforme foi confirmado pelo promotor do caso, Alfredo Amorim. “É totalmente irregular a participação dos seguranças e pelo menos um deles estava armado. Eu sei que estavam de serviço para a fazenda”, disse Amorim, em [entrevista à TV Liberal](#).

Honorato Babinski Filho, dono da fazenda, afirma que a responsabilidade sobre administração dos seus vigilantes compete ao chefe da empresa Elmo, contratada por ele para fazer a segurança da fazenda. “Não tinha conhecimento do andamento do trabalho da polícia e da mesma forma desconheço que os vigilantes tenham participado”.

A participação dos seguranças privados corrobora uma das suspeitas para a motivação do crime: vingança. Isso porque, no dia da chacina, a polícia entrara na fazenda para cumprir mandados de prisão de dez trabalhadores sem-terra investigados pelo assassinato de Marcos Batista Ramos Montenegro, um dos seguranças da fazenda. Marcos morreu com um tiro no rosto no dia 30 de abril – menos de um mês antes da chacina.

Sobreviventes narram ter ouvido a voz do superintendente da Polícia Civil de Redenção, Antônio Miranda, comandando as execuções. Oficialmente, o superintendente não participou da operação que resultou na chacina.

“Eu ouvi o Miranda falando: ‘É pra matar’”, diz uma testemunha que se escondia a cerca de 70 metros do local. “Os outros tavam chorando. Eu ouvi, eles falavam: ‘eu não vou correr não, pelo amor de deus’. Eles estavam vivos. Ouvi as pancadas, e depois não ouvia mais eles falando. Só murmúrio, gemendo. [Os policiais] riam e gritavam. A voz do Miranda [estava] alta, alterada, comemorando”.

Procurada pela reportagem sobre a denúncia, a secretaria de segurança do Pará afirma que o superintendente Antonio Miranda não estava presente na operação. “Por isso, não há necessidade de ser investigado”, informa a nota. O superintendente não foi afastado de suas funções.

A versão de confronto, inicialmente apresentada pela polícia, foi descartada pelo promotor que investiga o caso. Sobreviventes relataram que os policiais chegaram atirando e, depois de render alguns trabalhadores, torturam e executaram um por um. ([“Sobreviventes do massacre no Pará descrevem execução e tortura”](#)).

A principal frente de investigação agora é descobrir quais policiais atiraram, a motivação das execuções, e se a violência policial contra trabalhadores é uma prática associada ao pagamento de propinas. “Uma linha importante é verificar se há uma ação sistemática de policiais que matam trabalhadores rurais na região”, afirma Deborah Duprat, subprocuradora-geral da República. “Outra frente são as empresas de segurança privada. Quero saber se são empresas ou se são milícias organizadas”.

Trabalhadores que estavam no acampamento da fazenda Santa Lúcia e seus familiares dizem que “todo mundo sabe que a polícia recebe dinheiro de fazendeiro”. Segundo eles, pagar os policiais para reforçar a segurança nas fazendas é uma prática comum na região.

Uma das trabalhadoras que integravam o acampamento descreve, na condição de anonimato, como funcionam as ocupações e a suposta reação dos fazendeiros em associação com a polícia: “A maioria das fazendas aqui é formada de grilo [falsificação de documento]. O grupo [de sem-terras] tenta buscar pra ver se a terra tem documento. Se não tem, reúne toda a família, acampa e entra na justiça. Ou o fazendeiro procura a justiça, que é difícil porque pela justiça ele vai gastar mais. Ou contrata outro serviço. Com segurança e pistoleiro ele vai gastar muito menos. O fazendeiro chega, paga, diz ‘eu quero o serviço assim e assim’. Eles [policiais] vão lá e fazem”.

Um mês antes da chacina, reintegração iniciou escalada de violência

Trabalhadores rurais sem-terra ocupam a fazenda Santa Lúcia desde 2013, entre idas e vindas provocadas por três ações de reintegração de posse. Antes da chacina, as principais lideranças e grande parte dos trabalhadores acampados eram ligados por laços familiares. Entre os dez mortos, sete eram da mesma família. Eles não faziam parte de um movimento formal, embora estivessem em diálogo com algumas organizações, entre elas a Liga dos Camponeses Pobres.

Um dos motivos que fazia o grupo insistir na ocupação era um processo aberto pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que negociava com os proprietários a compra da fazenda para fins de reforma agrária. Embora a área ocupada pelos posseiros estivesse sem atividades, a fazenda Santa Lúcia produz gado. Os trabalhadores sem-terra questionavam a documentação da propriedade, alegando que os títulos foram obtidos por grilagem (fraude de documentos para posse de terra) de área da união.

Na disputa que se estende há quatro anos, posseiros ouvidos pela reportagem sob a condição de anonimato dizem que a relação com os seguranças e policiais sempre foi tensa. Mas houve uma escalada de violência um mês antes do massacre, a partir do dia 20 de abril desse ano, quando a polícia civil foi cumprir a terceira ordem de reintegração de posse na fazenda Santa Lúcia.

Nessa mesma época, o pecuarista Babinski Filho contratou a empresa de segurança Elmo, que agora está no centro da investigação.

No dia da reintegração, segundo o relato dos trabalhadores, a polícia se deslocou pela fazenda lado a lado com os seguranças privados. O nome mais mencionado pelos trabalhadores nos relatos sobre esse episódio é, mais uma vez, o do delegado Antônio Miranda, superintendente da Polícia Civil. “Ele falou que a gente era um bando de bandidos que estava ocupando fazenda alheia”, diz um dos ocupantes, sempre sob a condição de anonimato.

Ainda sobre o dia da reintegração, outra testemunha diz que os policiais e os seguranças privados coordenavam a queima dos barracos: “Um policial desceu do carro e falou para o pistoleiro: quando eles acabarem de tirar as coisas, mete fogo no barraco”. Em depoimento, um funcionário da fazenda confirmou que dois pistoleiros foram contratados especificamente para colocar fogo nos barracos.

Um dos trabalhadores denuncia que, embora tenha tentado tirar seus pertences, o seu barraco foi queimado na presença da polícia. “Tinha a polícia com pistoleiros, e tacaram fogo. Foi roupa, colchão, cesta básica. Não deu tempo da gente tirar nada.”.

A queima dos pertences é um ato ilegal e revela o aumento da hostilidade contra os ocupantes. Para prevenir violações assim, foi criado um protocolo para reintegrações de posse, uma série de diretrizes fixadas pelo Governo do Estado. O protocolo nasceu em resposta ao massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram mortos pela Polícia Militar durante manifestação em 1996.

Em abril desse ano, porém, a reintegração de posse na fazenda Santa Lúcia já começou violando a primeira regra do protocolo: a ação deve ser realizada por um batalhão especializado de Belém. Nunca pela polícia civil ou militar da região.

O dono da fazenda nega os abusos cometidos pela polícia e afirma que a reintegração foi pacífica. “Todos os trâmites formais e necessários foram cumpridos. Inclusive com presença de oficial de justiça que notificou as pessoas”, disse Honorato Babinski Filho, em resposta enviada por email por sua advogada.

Dias depois da reintegração, pistoleiros teriam atirado contra os trabalhadores sem-terra. A denúncia foi registrada em boletins de ocorrência por três trabalhadores na delegacia de Redenção. A reportagem tem todos os documentos.

Entre os denunciantes está Jane Julia de Oliveira. O depoimento foi prestado no dia 26 de abril ao delegado Valdivino Miranda. O mesmo que, um mês depois, comandava a operação que tirou a sua vida. Valdivino Miranda seguia em liberdade até o fechamento dessa matéria.

No dia 30 de abril, o segurança da fazenda Marcos Batista foi assassinado com um tiro no rosto. O inquérito sobre o caso corre em segredo de justiça e investiga o envolvimento dos trabalhadores na morte do segurança. Na sequência do

assassinato, as lideranças sem-terra passaram a receber ameaças anônimas por telefone. Amigos e familiares dizem que a pressão crescia a cada dia.

Segundo uma testemunha, Jane, a líder da ocupação, estava com medo e pediu refúgio na sua casa dias antes da chacina. “Ela disse ‘vou ficar aqui porque tem duas caminhonetes rodando lá em casa’”, afirma a testemunha. “Eles ligavam para ela de número restrito e diziam ‘tá chegando teu dia, tá chegando tua hora’”.

Ato em apoio aos policiais envolvidos na chacina

Enquanto a brutalidade do caso chocou entidades de direitos humanos locais e em todo Brasil e alcançou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), autoridades ligadas aos policiais do Pará promoveram um ato em apoio aos agentes envolvidos na chacina.

A reportagem acompanhou a manifestação, que ocorreu no dia 29 de maio, três dias depois do enterro das vítimas. Pelo menos dois deputados estaduais e um federal discursaram, além da direção de associações das polícias civil e militar.

“Produtores rurais, fazendeiros, policiais e bombeiros, vocês não estão sós nessa guerra”, disse o deputado estadual soldado Tércio Nogueira (PROS/PA), seguido por aplausos. Na plateia, faixa dos policiais militares inativos de Redenção anunciava “apoio aos companheiros do episódio Santa Lúcia em Pau D’arco”.

Também estava presente ao ato o deputado federal Éder Mauro (PSD/PA), que foi investigado por tortura em processo arquivado pelo Supremo Tribunal Federal. Ele foi o mais votado do Pará em 2014 e integra a chamada bancada da bala.

De volta à Assembleia Legislativa, em Belém, Éder Mauro bateu boca e teve que ser contido pelos presentes para não agredir o deputado estadual Carlos Bordalo (PT/PA). Presidente da Comissão de Direitos Humano, Bordalo foi um dos responsáveis pela confecção do relatório sobre a chacina.

Uma das conclusões do documento foi a menção às possíveis motivações da violência contra os trabalhadores: “é plausível afirmar que a operação tinha o propósito velado de dismantelar qualquer capacidade de rearticulação da ocupação favorecendo os pretensos proprietários e encerrando de vez o conflito agrário”.

O novo assassinato no dia 7 de julho é um indicativo de que a investigação ainda não chegou aos culpados pelo crime. Segundo a Liga dos Camponeses Pobres, organização da qual o trabalhador assassinado fazia parte, Rosenildo participara da reconstituição do crime que ocorreu dias antes no local, com a presença das polícias federal, civil e militar. ::

Reportagem 6

Indígenas Jaminawa sofrem à espera da demarcação no Amazonas

POR TOMÁS CHIAVERINI, DE SÃO PAULINO (AMAZONAS)

FOTOS FERNANDO MARTINHO

ILUSTRAÇÕES SAMUEL BONO

REPÓRTER BRASIL | 23/08/2017

Comunidade resistiu à ameaças de morte, à debandada para a cidade e, recentemente, à chegada de novos invasores

Link: <https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/>

Aos 98 anos, a indígena Jaminawa Severina Nunes costuma acordar cedo, pegar o facão ou o machado e se pôr a derrubar as árvores frutíferas que nascem ao redor da casa onde vive, na aldeia São Paulino, às margens do rio Purus, fronteira do Acre com o Amazonas. Seu filho, o cacique Francisco Saldanha Menezes 51, acha que, por conta da idade, Dona Severina não está mais com o juízo em plena ordem. O fato de ela receber os visitantes ocasionais falando espanhol colabora um tanto para a tese.

Basta uma conversa rápida, contudo, para perceber que a velha indígena não tem nada de senil. “Eu plantei tudo isso aqui”, disse em bom português, apontando o facão para o pomar diante do galinheiro. “Agora eu vou morrer. Mas antes vou derrubar tudo, porque não vou deixar pros brancos não”.

A revolta de Severina é reflexo da situação em que vivem os indígenas Jaminawa, espremidos numa área de 8 hectares, ou 80 mil metros quadrados. Além de minúscula diante dos cerca de 25 mil hectares que os índios reivindicam junto à Funai, a terra é uma faixa estreita entre o rio Purus e uma área alagadiça – onde apenas em certas épocas do ano é possível cultivar banana, feijão e outros alimentos do grupo. “A maior parte fica em área que não pode plantar”, diz o cacique.

Falantes da língua Jaminawa, ou Yaminawa, do tronco linguístico Pano, eles se espalham pela região do Acre, do Peru e da Bolívia. A exemplo dos demais povos nativos da Amazônia, são agricultores e caçadores. Essa situação de inter-relação com a floresta – que oferece caça, pesca e produtos diversos – é um modo de vida que só é possível se ocorrer em grandes áreas preservadas.

Severina é parte de um dos cinco grupos da etnia Jaminawa. Chegaram ali depois de serem expulsos por fazendeiros da área que moravam, transformada em 2004 no parque estadual Chandless, segundo maior da região norte. A Funai já fez um laudo antropológico sobre as terras onde eles moram hoje, e as identificou como indígena. “Mas não delimitou nem demarcou”, pontua o agente do Conselho Indigenista Missionário Lindomar Padilha. Procurada, a Funai diz que as demarcações em São Paulino e em Caiapucá – ambas da etnia Jamaniwa - estão em estudo, assim como outras 112 terras em todo o país.

Apesar dos indígenas já habitarem o local, marcado com placas da Funai, fazendeiros se instalaram no entorno da aldeia São Paulino em 2010, reivindicando para si a posse das terras. “Os fazendeiros não moram aqui, mas permitem que caseiros fiquem na área e criem os bois”, afirma Lindomar. “Essas pessoas, que não tinham onde morar, terminam extremamente gratas ao fazendeiro, que não paga nada para esse caseiro. Essa é a relação mais complexa aqui. O fazendeiro grila, o posseiro vem e bate de frente com o indígena. É uma luta de pobre contra pobre”.

Desde então, os indígenas Jaminawa passaram a viver um cotidiano de insegurança e ameaças: roçados amanheciam cercados, plantações eram envenenadas, placas de sinalização eram arrancadas e jogadas no rio, grupos de capangas zanzavam pela região exibindo armas de fogo.

Diante disso, indígenas começaram a deixar a aldeia e migraram para Sena Madureira, cidade onde muitos passaram a viver na miséria, como pedintes. “Com medo de morrer, meu irmão caçula foi embora”, diz o cacique. No auge da debandada, restaram apenas 13 das 27 famílias, mas a aldeia resistiu. A despeito das ameaças, eles dificilmente deixariam de vez a região, principalmente porque há toda uma geração indígena enterrada em um cemitério local. “Para os Jaminawa, quando a pessoa morre, ela é como que semeada, passa a fazer parte da terra,” explicou o agente Padilha.

Segundo ele, a raiva de Dona Severina para com os pés de fruta teria a ver com esse mesmo princípio. “O meio-ambiente, para eles, é como se fosse um grande altar. Eles preservam, porque preservam a si próprios e se veem como parte desse

cenário natural. Sair daqui seria o mesmo que morrer”, explicou sentado num banco de madeira, sob um pé de jambo ainda poupado das machadadas da mãe do cacique.

Padilha conta que a situação de conflito iminente começou a arrefecer em 2014 depois que um dos fazendeiros, conhecido como Teodorico, afirmou, em uma reunião com outros invasores da terra, que os índios que não deixassem a região não iriam acordar no dia seguinte. Poderia ser apenas mais uma das várias ameaças de morte a que os habitantes locais estavam sujeitos. Dessa vez, contudo, a fala foi gravada, o que motivou um mandado de prisão contra o fazendeiro, que ainda hoje está foragido.

Em março de 2014, a Funai, com o apoio da Polícia Federal, cumpriu a primeira fase de notificação da reintegração de posse. Quatro grileiros foram notificados pessoalmente. Em 15 dias, desocuparam a região voluntariamente, “de maneira a evitar qualquer conflito”, segundo a Funai. Com a saída deles, e principalmente de Teodorico – que era o mais acintosamente violento, mantendo constantemente capangas armados na região – a névoa de ameaça que envolvia os indígenas Jaminawa se tornou menos densa. Houve, então, um movimento de retorno da cidade para o campo. Atualmente 23 famílias (cerca de 60 pessoas) vivem na comunidade.

Mas quem visita a aldeia não precisa caminhar muito para constatar que as invasões continuam presentes. A palafita de madeira do ex-seringueiro Cristino Maciel Ferreira, 66, fica a cerca de dez minutos de caminhada da casa em que Dona Severina vive com o filho cacique.

O ex-seringueiro chegou à região há três anos, onde tem um roçado de feijão, arroz e banana. Queria criar gado, mas achou que isso lhe traria problemas com a Funai, então resolveu montar uma vendinha para atender aos viajantes que sobem o Purus. Ele não tem documento da terra onde vive, mas diz que a filha comprou do antigo dono do seringal, conhecido por Silêncio, que reclamava posse sobre vasta área da região.

Ferreira sabe que, por lei, não poderia estar ali, uma vez que a Funai reconheceu o interesse indígena pela terra – e provavelmente já sabia disso quando se instalou por lá. Os Jaminawa dizem que o invasor agiu de má fé e mostram a cerca que ele fez no meio do bananal, onde também teria jogado veneno. O ex-seringueiro nega responsabilidade sobre o veneno, mas assume a autoria da cerca. Diz que fez com a autorização de funcionários da Funai. Via assessoria de

imprensa, a Funai afirmou que “não permitiu a colocação de cercas dentro da área reintegrada.”

Apesar de ter chegado depois, Ferreira acha que a solução do impasse seria com os indígenas indo embora para as cabeceiras do Purus. “A melhor solução é tirar esses índios lá pra onde eles vieram. Aí isso ia ficar uma lindeza, só com os brancos”, disse ao lado da mulher e do neto de oito anos, na varanda que também funciona como venda. Sua posição parece chocante para quem conhece a história dos Jaminawa, mas encontra eco no atual direcionamento da política agrária do presidente Michel Temer, que se aproxima do setor ruralista em busca de apoio. Seu governo aprofundou uma paralisia nas demarcações de indígenas, que já sofriam com a morosidade do governo federal. Segundo o Instituto Socioambiental, apenas 85 terras indígenas foram homologadas desde 2003 em todo o Brasil.

Em março deste ano, declaração do então ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB/-PR), cunhou a posição de um governo que prioriza os interesses do agronegócio sobre os direitos indígenas. “Terra não enche barriga”, disse o então ministro em [entrevista sobre a questão indígena ao jornal Folha de São Paulo](#). Serraglio foi afastado do cargo após a operação Carne Fraca revelar ligação entre ele e frigoríficos.

Ironicamente, encher barriga é justamente o argumento central do cacique Chico Menezes, que pede a demarcação das terras. . “Nós queremos essas terras porque elas alimentam os nossos filhos, os nossos netos. Esse pessoal que chega aqui tá pensando só em dinheiro. Daqui a um tempo vão derrubar tudo, dizer que é pasto e vão vender”, disse. ::